

SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO

O DISCURSO E SUAS DETERMINAÇÕES SOCIAIS: O AVESSE DE UMA INOCÊNCIA¹

Márcia Beatriz Garibaldi Voese

RESUMO

O objetivo do trabalho era observar como um grupo, o dos bacharéis em Ciências Contábeis, busca constituir-se à medida que vai construindo sua formação discursiva, entendida como uma representação enunciativa. Com base teórica em Bakhtin e nos teóricos da Análise do Discurso, o trabalho procurou explicitar o que se entendia por determinações sociais do discurso, entre as quais as de ordem ideológica. Essa dimensão do discurso foi analisada num momento histórico bem específico: a tentativa dos bacharéis em Ciências Contábeis, denominados contadores, revelarem a intenção, explicitada nos textos analisados, de darem à sua atividade o estatuto de Ciência, o que os distinguiria da dos técnicos que, naquele momento, solicitavam uma equiparação com os contadores.

Observar, do ponto de vista da Análise do Discurso, como um grupo vai construindo sua identidade enunciativa em torno de uma temática (ciência), à medida que se posiciona contra um outro discurso e quais comprometimentos estão envolvidos nessa construção.

Palavras-chave: Discurso. Representação enunciativa. Ideologia.

INTRODUÇÃO

Antes de apresentar o trabalho orientado pelo prof. Ingo, gostaria de escrever, em poucas linhas, a respeito da relação de parceria que conseguimos construir na condição de companheiros e professor/aluna.

Ingo foi o maior incentivador para que eu apresentasse um projeto e fizesse a seleção para o Mestrado no curso de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Ufal foi o lugar onde encontramos um espaço muito proveitoso para nossos estudos, e que possibilitou o encontro com pessoas como Virginia Amaral, Márcia

Rosseti, Francisca Oliveira e muitas outras, que participavam das inquietações e discussões teóricas sobre o discurso.

Foram anos de intensos estudos para ambos, uma vez que Ingo também buscava elementos para aplicar na prática os conteúdos teóricos da Análise do Discurso (AD) – uma disciplina, na época, bastante recente nos cursos de Letras e que acabara de chegar ao Brasil. O desafio: como se faz efetivamente uma análise discursiva com os pressupostos teóricos que se tinha?

Pode-se dizer que minha dissertação tenha sido um dos lugares de experimentos de Ingo, de seus construtos de como aplicar na prática as teorias da AD.

A maior parte do nosso tempo era gasto com discussões em torno da AD. Tomávamos chimarrão, caminhávamos na praia, almoçávamos, íamos até a Ufal – era bastante distante de nossa casa, logo, as conversas eram também prolongadas – tendo sempre como companhia a AD. Vez por outra, conseguíamos deixá-la de lado, mas não por muito tempo, é claro! Afinal, era realmente prazeroso o que fazíamos. Ingo sempre foi movido pela paixão naquilo que fazia. E esse entusiasmo pela AD era compartilhado também com um parceiro, que mesmo distante fisicamente de nós, sempre foi presença constante em nossas vidas: prof^o Wanderley Geraldi, que muito contribuiu com o meu trabalho.

Tendo formação universitária em Ciências Contábeis, em que desde o título do curso se faz apelo à Ciência como garantia de expressão de um conhecimento específico sobre a atividade de registro de atos e fatos de empresas, até há pouco tempo antes considerada uma atividade técnica muito mais do que científica, acompanhei ao longo da formação superior as justificativas apresentadas por autores da área para a denominação de Ciências ao tratamento dessas atividades de registro.

Na pesquisa, os dados analisados são oriundos de um confronto de interesses entre os detentores de um diploma de curso superior em Ciências Contábeis e os técnicos em Contabilidade, formados até então pelos cursos técnicos do hoje denominado ensino médio. Tratou-se de analisar, a partir das bases teóricas da Análise do Discurso, textos da área da Contabilidade que expressavam a luta dos contadores, ou seja, dos bacharéis em Ciências Contábeis, que buscavam se organizar enquanto categoria (grupo) distinta da dos técnicos em Contabilidade. O objetivo era observar como um grupo, o dos bacharéis, busca constituir-se à medida que vai construindo sua formação discursiva, entendida como uma representação enunciativa.

As pesquisas e estudos lingüísticos mais recentes que tomam como objeto o discurso e o abordam numa perspectiva que o coloca em relação com uma formação social, revelam aspectos que apontam para a necessidade de se observar o que Maingueneau (1989) chama de “embricação” entre a linguagem e o social. O que se quer dizer é que há suficiente segurança para afirmar que, entre discurso e o seu entorno social, se estabelece um processo reflexivo de constituição que uma teoria do discurso precisa levar em conta, operacionalizando conceitos como, por exemplo, grupo social ou comunidade discursiva, formação discursiva, ideologia, etc.

Interessa para o presente trabalho tentar ver como, dentro de uma formação social, os conflitos e as disputas por lugares sociais que autorizam e conferem certos privilégios e poderes, se inscrevem no discurso. Na verdade, interessa observar especificamente como, na práxis social, um grupo social e sua respectiva formação discursiva, se constituem concomitantemente (MAINGUENEAU, 1989), orientados ideologicamente e, ao mesmo tempo, num movimento reflexo, também concretizam a instância que os determina.

Para tanto, escolheu-se como objeto de estudo o discurso da área das Ciências Contábeis. A escolha foi motivada, primeiro, por ser a área de formação da autora, o que facilitou o acesso aos textos; segundo, por estar inscritos neles a história da luta de um grupo, o dos contadores, em querer fixar e firmar-se distintamente dentro da área contábil, tendo como seu opositor o dos técnicos em contabilidade, os quais exerciam funções semelhantes àqueles e queriam ser equiparados aos contadores com bacharelado.

Serviu como texto base o livro “O Bacharel em Ciências Contábeis” de autoria de Gabriel Hermes, então presidente da Ordem dos Contadores do Brasil e Senador da República. Na ocasião de sua publicação, estava-se no auge das discussões relacionadas a essa disputa interna dentro da atividade contábil. O livro citado tem por objetivo marcar e promover a importância das Ciências Contábeis, garantido-lhe o caráter científico. Distinguindo o ensino universitário do secundário, o autor defende a idéia de que há profundas diferenças nas atividades das duas instâncias, o que implicaria na diferenciação dos espaços profissionais de atuação de seus egressos e até mesmo a criação de um sindicato próprio para os bacharéis, uma vez que eles, ainda minoria, estavam vinculados ao sindicato dos técnicos. Fato este que também era considerado inadmissível e um desprestígio para quem cursara e cumprira quatro anos de ensino universitário.

E é pelo fato de se pressupor que esse momento histórico se revela tanto nos textos do livro citado como naqueles em que os próprios contadores se posicionam em artigos na Revista Brasileira de Contabilidade que se justifica a escolha por uma metodologia de Análise do Discurso, ou seja, se faz a análise dos textos assumindo que as determinações sociais constitutivas da materialidade do discurso se inscrevem em suas materializações textuais.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E ANÁLISE

O processo ideológico se desenvolve no plano da criação e da fixação de sentidos, ou seja, no plano simbólico. A ideologia, através do discurso, busca controlar os conflitos que são gerados na formação social. Esta, por sua vez, por ser heterogênea, produz diferentes sistemas de referências, que levam a distintas representações de mundo e de vida. A ideologia deve buscar controlar o risco do conflito através de um processo de homogeneização em que objetiva controlar a possível perda de poder hierarquizando e excluindo diferenças culturais, no sentido de orientar condutas e acontecimento, e isso se dá especialmente via discurso.

O discurso, então, enquanto meio que viabiliza a ação da ideologia, reflete e revela na sua materialidade as marcas dessa complexificação social.

É através do discurso e de suas condições de produção que se pode observar a ação de uma ideologia dominante – que assume formas específicas – sustentar e ser sustentada por diferentes formações discursivas (jurídica, médica, pedagógica, econômica, contábil, artística, etc.), o que não induz a que se conclua a inexistência de outras ideologias que se conflituam dentro do social e das mesmas formações discursivas. O fato de uma ideologia se sobrepôr às demais e se fazer passar como *única* e a *melhor* forma de dar soluções aos problemas postos pela práxis social, tem a ver com a disputa do poder e, por isso, com as orientações precisas também quanto à produção do discurso, ou seja, da configuração das formações discursivas.

O discurso, enquanto realidade polissêmica, revela as condições de sua produção, uma vez que na materialidade do texto estão inscritas as marcas daquilo que possibilitou o seu surgimento: lingüísticas, enunciativas e ideológicas. A análise da materialidade do texto não pode esgotar-se em si, devendo, portanto, considerar, além dos elementos lingüísticos, os elementos extralingüísticos, ou seja, o contexto imediato e mediato

(BAKHTIN, 1986), o que implicará, conseqüentemente, compreendê-lo dentro de uma perspectiva mais ampla.

Assim, a partir desse posto de observação, a análise deverá dar conta das condições de produção do discurso, incluídas, aí, as determinações sociais de ordem ideológicas e enunciativas que estão inscritas no texto. Essas determinações, refletidas no texto, terão por objetivo atuar e intervir sobre as escolhas das consciências individuais, as quais, por sua vez, num movimento reflexo, atuarão também sobre o discurso e sobre o real. A pressão produzida, pois, pelas determinações sociais busca orientar o enunciante para a produção de certos sentidos, que o levarão a tornar-se irremediavelmente redundante no discurso, fazendo-o recorrer a certos recursos lingüísticos a fim de orientar os sentidos pretendidos, como, por exemplo, a paráfrase, os operadores argumentativos, as modalizações.

Dessa forma, sendo o discurso o espaço de produção de sentidos, conseqüência da práxis social, e refletindo uma disputa de poder, entende-se que também seja controlada e orientada a sua produção. Por conseguinte, uma forma de sociabilidade, que se apresenta como a melhor maneira de resolver os conflitos sociais, buscará permanentemente fixar e organizar para os diversos grupos sociais, através da pressão exercida sobre a formação discursiva, regras e modos enunciativos em torno de certas temáticas, o que significa, em outros termos, que na produção do discurso também se inserem interesses e valores defendidos por uma classe.

A formação e constituição de um grupo, movimentada por interesses e valores próprios, constroem-se através do discurso. Entende-se, pois, que grupo e sua formação discursiva constituem-se concomitantemente, orientados ideologicamente a partir de uma práxis social.

Como se assumiu que no discurso, na sua materialidade lingüística, estão contidas as marcas daquilo que o determinou, tentar-se-á, partindo do dito e do interdito, descrever o que lhe é aparentemente exterior, ou seja, as determinações sociais que pressionam a sua produção. Busca-se entender, agora, que tipo de “motivação” social faz com que uma atividade como a Contabilidade se esforce tanto em constituir-se como uma prática científica.

Dentro de uma formação social, há diferentes mediações. Na medida em que assumem diferentes funções no complexo social, são valorizadas também diferentemente. A ciência, por exemplo, dentro da característica da formação social

atual, encontra-se extremamente valorizada, razão pela qual não é de se estranhar que muitas atividades queiram assumir o seu estatuto.

Assim, interessa, para fins de análise, observar a luta de um grupo que exerce a atividade contábil (bacharéis) na busca de afirmar a sua prática como sendo científica, valendo-se de determinados argumentos, na tentativa de contrapor-se e distinguir-se de uma mesma prática contábil, só que exercida por um outro grupo: a dos técnicos.

Apresentar-se-á, aqui, alguns pequenos recortes² analisados no trabalho:

Recorte 1

Assim como o pedreiro não pode ver, nem entender, nada além dos tijolos que coloca, da massa que interpõe ou sobrepõe a eles, também o escriturário, mecanicamente, acostuma-se a “usar contas”, “manusear contas” e “fazer demonstrativos”.

Tal conhecimento é útil, é digno, é valioso, mas representa uma etapa, apenas “formal” e, por isso, na escala do saber, é de natureza inferior ou média.

O contabilista conhece como “registrar”, como “trabalhar com as contas”, para produzir “informes”.

Confundir tal estágio de um ramo do saber com a própria Contabilidade é ignorar todo o acervo imenso de progressos que foram feitos ao longo dos anos.

O cientista da contabilidade, desde o início do século passado, busca conhecer “as razões pelas quais acontecem os eventos do patrimônio. (DE SÁ, A.L., 1989, p. 10)

Procurando demonstrar o caráter simples do informar, feito pelo escriturário (técnico), o autor faz analogia com o trabalho feito pelo pedreiro: utiliza, para tanto, modalizações muito fortes para reforçar a importância de se produzirem teorias científicas: “[...] não pode (o pedreiro) ver, nem entender, nada além dos tijolos que coloca, [...], também o escriturário [...]”.

No texto, é possível verificar, enfim, dois fatos importantes:

1) Para além da ideologia que opera aqui com a distinção entre trabalho manual e intelectual, evidentemente valorizando o segundo e desvalorizando o primeiro com o uso de modalizações, o enunciante quer fazer passar por verdadeiro um argumento falso, pois: a) o fato de o pedreiro “fazer” não equivale a ignorar e não dominar o “como” se faz; b) isso não significa também que ele veja e entenda só disso (uma vez que **nada** anula as possibilidades).

2) Além de apresentar um argumento falso, o autor ainda associa ao trabalho do escriturário. Utiliza-se, para isso, do operador argumentativo “também” que faz parte de um conjunto de operadores que, segundo Koch:

“[...] somam argumentos a favor de uma mesma conclusão [...]. (1992, p. 32).”

Assim, não é o simples fazer que torna a Contabilidade algo importante: muito embora o autor não desconsidere tal tipo de conhecimento, adjetivando-o como: *é útil, é digno, é valioso*, acrescenta *mas representa uma etapa, apenas, ‘formal’ e, por isto, na escala do saber é de natureza inferior ou média.*

Ora, conforme Ducrot:

“[...] a coordenação **mas** indica que o segundo argumento, orientado no sentido inverso do primeiro, deve ser considerado como o mais determinante. (1989, p. 189).”

Os adjetivos “útil”, “digno” e “valioso” são usados numa linha escalar ascendente em termos de “é x”, “é y” e “é z”. Essa escalaridade eleva o trabalho do escriturário com o propósito de tornar mais forte, no esquema *A mas B*, o argumento B (*Saber de natureza inferior*).

Dessa forma, privilegia-se fortemente, no texto, uma outra escala de saber que não a de “natureza inferior”, uma vez que o modalizador quantificacional *apenas* circunscreve este conhecimento como pertencente a uma *etapa formal*. Por sua vez, “etapa formal” é uma expressão muito vaga para que se possa tirar dela uma conseqüência tão taxativa como a que aponta o operador argumentativo “por isto”, o qual introduz uma conclusão relativa ao argumento apresentado anteriormente. Assim, não se pode deduzir da expressão “etapa formal” que ela seja de “natureza inferior ou média”.

O contrário acontece quando o enunciante refere-se àquele que conhece *o como se faz*, utilizando-se da expressão “cientista da contabilidade” para denominá-lo. A este cabe *buscar conhecer* as razões pelas quais acontecem os eventos do patrimônio. Em resumo, ele conhece o *como fazer*.

Essas análises mostram, num plano destacado, a distância e os limites que o enunciante quer estabelecer entre os diferentes níveis de conhecimento. Faz

comparações entre um serviço executado por um pedreiro, relacionando-o com o do escriturário. A relação que se faz no texto entre esses dois trabalhos, parece servir para marcar e estabelecer os limites de atuação entre dois outros níveis de conhecimento: o “simples fazer” do escriturário e o “conhecimento do como se faz” do “cientista da contabilidade”.

O que se descreveu, sucintamente, permite constatar que a tentativa de os contadores se firmarem e constituírem como cientistas, via discurso, tem, como linha demarcatória, um outro discurso: o dos escriturários/técnicos.

É possível dizer, em função do que se constatou, que a argumentação usada no texto, e o modo como a linguagem nele se articula, mostram-se reveladores da construção de margens de uma formação discursiva forçando uma oposição com um outro discurso. Em outros termos, na tentativa de se apresentar o contador como detentor de um discurso diferente (científico), o enunciante contrapõe um outro (não-científico), o do técnico, criando um marco que fixa as fronteiras entre os dois discursos. O esforço é tal que, por vezes, chega a forçar a argumentação, apelando para diferenças que só existem discursivamente e, não, efetivamente.

Recorte 2

Definição de Ciência

[...] a literatura que subsidia o assunto é muito ampla, de forma que nos é possível estudar vários conceitos de Ciência, analisá-los, criticá-los e, finalmente, extrair idéias que nos parecem corretas e mais precisas.

Deste trabalho de discussão e compilação resultou nossa concepção de Ciência, que passamos a explicar a seguir.

Ciência é um conjunto de conhecimentos certos e gerais, referentes a um objeto delimitado, obtidos através de métodos racionais. (TESCHE, C.H. et ALII, 1991, p. 15)

Definição de Contabilidade

Contabilidade é a ciência social que tem por objeto o patrimônio de quaisquer entidades, em seus aspectos qualitativos e quantitativos, bem como, as suas variações. (Op. Cit., 1991, p. 18)

Sendo assim, sem pretensão alguma além do intuito de fornecer subsídios e no sentido de trazer à tona o conhecimento absorvido, concluímos que a Contabilidade é uma ciência, visto apresentar as seguintes características: ter um objeto de estudo próprio; utilizar-se de métodos racionais; estabelecer relações entre os elementos patrimoniais, válidas em todos os espaços e tempo; apresenta-se em constante evolução; ser o conhecimento contábil regido por leis, normas e princípios; seus conteúdos evidenciam generalidade; [...]

apresentar o caráter de certeza na afirmação de seus enunciados.

A Contabilidade ajusta-se, por conseguinte, aos requisitos exigidos pela epistemologia, ou Lógica das Ciências (Op.Cit., 1991, p. 21)

O objetivo deste texto visa a enquadrar a Contabilidade numa área específica: a da Ciência. O enunciante desenvolve um conceito próprio de acordo com as bases propostas.

Para concretizar esse objetivo o enunciante percorre um caminho que pode ser assim esquematizado:

- 1º) Por ser a literatura muito ampla;
- 2º) (“nos”) é possível estudar vários conceitos;
- 3º) O que, então, permite fazer análises e críticas;
- 4º) e, finalmente, extrair idéias;
- 5º) as quais (“nos”) parecem corretas e mais precisas.
- 6º) Disso resulta a “nossa” concepção de ciência.

Observe-se que de *muito* decorre *vários*, após feitas as análises e críticas, finalmente extraem-se as idéias que *nos parecem corretas e mais precisas* e que resultam na *nossa* concepção de ciência. É possível aceitar que o raciocínio desenvolvido pelo enunciante não é incorreto até a parte em que fazem as análises e críticas. Entretanto, quando invoca para si, através do pronome de primeira pessoas (*nos, nossa*), uma certa autoridade para *extrair idéias* e definir o que é e não é ciência (já que o verbo *extrair* implica também em excluir conceitos que não interessam), o texto vacila. E mais: fica difícil aceitar que os critérios que selecionam idéias são a correção e a precisão. A vaguidade, aqui, inscrita nas expressões *corretas e mais precisas*, parece servir como recurso argumentativo, pois não explicita em relação a que as idéias extraídas são *corretas e mais precisas*.

Verifica-se, ainda, no texto, que o enunciante não extrai os conceitos que *parecem corretos e mais precisos*, mas, sim, as idéias que neles estão contidas para então formular sua (*nossa*) concepção de ciência. Diante disso, talvez se pudesse dizer que o advérbio *finalmente* poderia ser um indicativo de que o enunciante se serve da vasta literatura para atingir um objetivo preestabelecido: encontrar uma fórmula para a Contabilidade ser considerada ciência e não uma arte ou técnica apenas.

Uma vez construído (*seu*) conceito de ciência, o enunciante utiliza-se de paráfrases para associar e identificar a Contabilidade no campo científico. Vai

construindo, através das paráfrases, aproximações por associações com o conceito elaborado.

As paráfrases permitem perceber a seguinte argumentação:

- Construída a sua (*nossa*) definição de ciência: X é um conjunto de conhecimentos A e B, referentes a um objeto delimitado C, obtidos através de métodos D.
- Formula-se, pelas paráfrases: Y é um conjunto de conhecimentos A e B, referentes a um objeto C, obtidos através de métodos D.
- Visto apresentar essas características, e ajustando-se *aos requisitos exigidos pela epistemologia, ou Lógica das Ciências*, então, Y é equivalente a X.

Através dessas análises, percebe-se a pressão que exerce um grupo no sentido de constituir-se, constituindo uma formação discursiva que, enfim, orientará os enunciadores em termos de temática (Contabilidade é Ciência) e de um modo enunciativo que fará o discurso, em função dos objetivos, ser radical e taxativo. Trata-se, de acordo com Orlandi, E. (1987), de um discurso do tipo autoritário, pois ao controlar a polissemia, procura impor um único sentido, quase inviabilizando a contrapalavra. É o próprio dizer que se torna importante como um processo discursivo constitutivo que orienta para um único sentido do texto.

Entretanto, não basta a um grupo tentar, via discurso, caracterizar-se como produtor de ciência: é necessário que ele tenha ou constitua espaços institucionais próprios para esse objetivo concretizar-se.

E um dos espaços institucionais, para não dizer o espaço melhor qualificado para isso, é o acadêmico, pois, afinal, é aí que aqueles que querem ser reconhecidos, por exemplo, como *cientistas da contabilidade*, são autorizados a falar como tal.

Geraldi ao especificar o funcionamento deste espaço, afirma que:

Na sociedade contemporânea há todo um sistema de apropriação dos saberes produzidos e herdados. A escola é, sem dúvida, uma instituição típica destes processos de apropriação. Nela se definem os sujeitos 'competentes' para falar sobre determinados temas, segundo suas especialidades. (1991, p. 64)

Assim, para produzir determinado discurso, muito mais que a competência, é preciso, conforme Geraldi, *ter competência autorizada*.

A academia, sendo um dos espaços institucionais do qual um grupo (por exemplo, o dos contadores) se vale para delimitar suas regras enunciativas, torna-se a

instância ideal para veicular e constituir um discurso próprio acerca de uma temática central, Nesse caso específico, é apoiar o objetivo de fazer com que se reconheça a cientificidade da Contabilidade.

Não se trata aqui de considerar o espaço acadêmico apenas como um lugar do qual um grupo se apropria para fazê-lo suporte de uma formação discursiva, porque ao mesmo tempo em que esse espaço serve para veicular e reforçar o discurso do grupo, num movimento reflexo, passa a ser também aquele que constitui e possibilita novas reconfigurações da própria formação discursiva através do processo do interdiscurso, isto é, na relação com outros discursos que circulam na academia, no confronto com eles, o grupo marca constantemente as suas fronteiras, que podem no processo ser, por sua vez, mais ou menos modificadas.

Com base nas análises dos textos, talvez se pudesse chegar à conclusão, em síntese, de que o grupo dos contadores tenta caracterizar-se por considerar:

- 1º) a sua atividade não um mero/simples fazer-técnico;
- 2º) a sua atividade distinta por produzir teorias;
- 3º) que a contabilidade preenche certos requisitos que caracterizam o fazer-científico: é um conjunto de conhecimentos certos e gerais a respeito de um objeto específico (patrimônio), obtido através de métodos racionais reconhecidos por e realizados na academia.

Logo, se se concluir que a Contabilidade é uma ciência, os contadores marcam e estabelecem uma diferença que os distancia dos técnicos, já que a atividade destes trata-se de um mero/simples fazer técnico. Assim, os contadores passam a ocupar um lugar social, dentro de uma mesma prática social, diferenciado e mais valorizado numa determinada formação social.

Esse processo, porém, de alçar-se a um *tão alto nível* não se faz apenas com argumentação. Só a argumentação parece ser insuficiente para sustentar a posição do grupo: é preciso recorrer a uma instância institucional que dê respaldo à reivindicação e justifique o posicionamento. Invoca-se o testemunho da academia.

Assim, ouvir, aqui, a voz da academia, uma instância solicitada por um grupo em formação, se faz com o propósito de observar em que consiste e como se dá a constituição e a imposição das regras enunciativas que, afinal, vão constituir grupo e formação discursiva.

Recorte 3

Julgamos necessário manter as Faculdades de Ciências Contábeis, formando novos profissionais. O grande número de profissionais já formado a nível superior, com dispendiosos gastos, veria seu sacrifício se tornar inútil por um ato desses (de equiparação do Técnico ao Bacharel). O constante aperfeiçoamento da Ciência Contábil exige um estudo mais científico através dos variados e extensos programas que contêm os cursos em funcionamento. Não existe uma estrutura, a nível de segundo grau, que comporte uma mudança tão radical nos seus programas e finalidades a ponto de satisfazer o ensino da Ciência Contábil. (Apud HERMES, 1986, p. 60)

A presença, no texto, do verbo julgar implica que os enunciantes executam, junto com a enunciação, a ação designada por ele: delegam a si a capacidade e o poder de dizer o que é e o que não é necessário.

Poder-se-ia expor, em síntese, os fatos que se apresentam como necessários para a manutenção das Faculdades de Ciências Contábeis: julga-se necessária a manutenção de X porque muitos profissionais já formados veriam seu sacrifício se tornar inútil, há um constante aperfeiçoamento de Y, que exige um estudo Z o qual é oferecido através dos variados e extensos programas que contêm X; não existe uma estrutura a nível de 2º grau que satisfaça isso.

O primeiro dos argumentos será retomado mais adiante. Interessa observar, neste momento, o seguinte:

- 1) deve-se aceitar como verdadeiro o constante aperfeiçoamento de Y;
- 2) igualmente será verdadeiro que tal aperfeiçoamento exige um estudo Z;
- 3) será também verdadeiro que X oferece em seus programas esse estudo Z.

Não se pode negar que há um constante aperfeiçoamento da Contabilidade. O que importa, entretanto, questionar é que tipo de *estudo mais científico* esse aperfeiçoamento exige. Afinal, tal expressão é muito vaga para que os enunciantes afirmem de forma categórica *Não existe estrutura a nível de 2º Grau, (...) a ponto de satisfazer o ensino da Ciência Contábil.*

Quanto ao primeiro argumento, trata-se de um enunciado que aponta também para a manutenção das Faculdades de Ciências Contábeis, embora não seja da mesma ordem dos outros, pois, enquanto aqueles demonstram que no curso de técnico não existe estrutura para satisfazer o ensino da Ciência Contábil, devido ao seu aperfeiçoamento constante, o primeiro argumento valoriza mais os gastos dispendidos

do que a própria formação e atualização do profissional diante do desenvolvimento da Contabilidade. Afinal, se a *Ciência Contábil está em constante aperfeiçoamento*, por que o grande número de profissionais veria seu sacrifício se tornar inútil com um ato desses?

Parece que o primeiro argumento, a partir da escolha lexical *inútil*, remeteria muito mais para o título obtido e o custo pago para obtê-lo, do que para o *estudo mais científico* oferecido pelos programas do curso. Essa escolha, *inútil*, poderia revelar uma contradição entre os argumentos, uma vez que o profissional já formado também deveria estar em constante atualização, e só o título concedido pela instituição não lhe seria suficiente para garantir o acompanhamento da evolução.

Diante do que foi exposto brevemente até aqui, é possível perceber, via modo e temática dos textos, que o que se apresentou - a luta de um grupo social em não querer qualificar a sua atividade como um *mero fazer* - é a tentativa de um determinado grupo que busca mais garantir a distinção entre contabilistas (técnicos) e contadores (bacharéis) do que caracterizar a cientificidade da Contabilidade. A justificativa que marcou fortemente os textos na distinção entre contabilistas e contadores foi que a atividade desempenhada por aqueles era de caráter mais prático, qualificada de *mero/simples fazer-técnico*, enquanto que a dos bacharéis nomeava-se como *científica*. E será a universidade que oferecerá um *estudo mais científico* e, assim, elevará a Contabilidade ao nível de Ciência: é na instituição que se definirá o que é ciência ou não. E isso resulta em qualificar os indivíduos para ocupar lugares diferenciados na formação social.

O trabalho desenvolvido não tem a pretensão nem de defender a equiparação reivindicada pelos técnicos e rejeitada pelos contadores, nem de repudiá-la; nem pretende, tampouco, qualificar a formação oferecida por este ou por aquele curso de adequada ou inadequada. Interessa observar, a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, observar o que se revela, a partir da materialidade lingüística, nesse esforço de um grupo em se constituir como cientista, quando toma, para se marcar nesse lugar, como seu contraponto a atividade desempenhada por outro grupo. E é preciso marcar esse lugar, uma vez que o mesmo está sendo objeto de desejo do grupo contrário. Então, faz-se necessário proteger esse lugar social. O que fazem os bacharéis? Tentam constituir fronteiras que instalem a diferença entre o grupo que está disputando com eles o mesmo espaço. Essa disputa se revela, no presente caso, através do modo enunciativo em torno de uma temática, na solicitação feita a um outro espaço social

(academia) que reitera o que o grupo afirma, como também na apropriação de uma mediação (ciência) para garantir e autorizar, por assim dizer, a diferença que se insiste em estabelecer.

Não se prova, entretanto, que a atividade em determinada área do saber é científica, trabalhando-se por analogias, enquadrando-a dentro de modelos apriorísticos, ou contrapondo-se técnica e teoria, ou ainda requisitando-se às autoridades competentes (academia, no presente caso) um pronunciamento a favor da cientificidade da atividade.

O valor demonstrativo de um discurso dito científico não se evidencia por apresentar o rótulo de “ciência, mas por deixar transparecer sua função social fundamental: possibilitar ao homem conhecer a totalidade do ser social para poder nele se reconhecer e poder fazer escolhas conscientes, isto é, dominar e compreender aquilo que o constitui enquanto ser social. Assim, a ciência tem, como função primeira, atender às necessidades e aos problemas que dizem respeito ao homem.

Nesse sentido, é em função do homem que deveria se dar o avanço da ciência, desvelando o que o aprisiona, fornecendo-lhe condições para melhor compreender o mundo e sua relação com este.

Se se pudesse aceitar a Contabilidade como uma ciência, negar-se-ia o que se disse acima, pois estaria ela contrapondo-se à função de servir ao homem, uma vez que os avanços e os progressos que nela ocorrem, se dão em função do capital, ou seja, da lucratividade, o que se pode comprovar em enunciados, tais como, *contabilidade é a ciência social que tem por objeto o patrimônio; busca conhecer as razões pelas quais acontecem os eventos patrimoniais; etc.*

Não se pode negar que há, sim, na Contabilidade, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do conhecimento, isto é a transformação do adquirido em novas formas e avanços sobre o real, mas estas se dão nos limites das necessidades do capital, uma vez que não interessa a transformação que poderia permitir uma nova forma de sociabilidade. Não é mais o processo de desenvolvimento do homem que está em jogo na produção do conhecimento, mas o do capital.

Por isso, a análise dos textos não pode fixar-se apenas na descrição do esforço da Contabilidade em constituir-se como grupo e formação discursiva ou em confirmar ou não se a Contabilidade é ciência, e sim, servir mais como um indicativo para explicitar um tipo de sociabilidade que fixa um modo de cientificidade comprometida em ajudar a manter uma situação social atrelada ao capital. Pois, não existe um fazer científico que não esteja atravessado por conteúdos e colorações ideológicos: “*em toda*

prática social, os indivíduos humanos concretos [...] agem nas e sobre as determinações das formas de existência histórica das relações de produção e reprodução [...]. (HENRY, 1992, p. 23).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre se a Contabilidade praticada pelos contadores é ciência ou técnica envolve dimensões mais amplas e não se reduz apenas à tematização da disputa entre bacharéis e técnicos. Está aí embutida uma outra questão, pois ao tentarem convencer a formação social da qual fazem parte, de que sua atividade é científica e não apenas instrumental, apagam um fato importante: se a atividade é científica, o seu objeto (o capital, o patrimônio) passa a ser dado quase que como da ordem do natural. Isso levaria a se entender que a atividade contábil não estaria comprometida com uma forma específica de ideologia, e, conseqüentemente, se apresentaria como inocente diante dos conflitos sociais.

E outros termos, os textos analisados revelam marcas que, ao buscarem apagar o comprometimento ideológico, o revelam.

Por isso, a análise da ação de um grupo como o das Ciências Contábeis, tentando caracterizar a sua atividade como científica, inclui a observação das determinações de um tipo de sociabilidade sobre os modelos de produção de conhecimentos. Ou seja, a abordagem de um objeto, seja científica ou não, a partir de um modelo como o revelado pelos textos dos contadores, não permite a compreensão das relações desse objeto (capital) com a totalidade do ser social e a sua constituição. Daí que é preciso se perguntar pela instância que orienta o *correto*, o *preciso* e o *certo* de um modo de produção de conhecimentos.

Assim, cada modo de fazer ciência está inscrito numa representação de dimensões ideológicas, e o que interessa não é só perguntar pelo *correto*, *preciso*, *certo* do modelo, mas por aquilo que o constitui e o que constitui um movimento reflexo. Embora a análise dos textos pudesse comprovar, em parte, a hipótese inicial do trabalho, é preciso concluir que, pelo fato de contadores e técnicos se movimentarem dentro do espaço de uma mesma prática social (a Contabilidade), não há como se aceitar que haja duas formações discursivas diferenciadas, porquanto só o discurso não é suficiente para fazer a diferenciação.

De qualquer forma, para concluir, assume-se que, no instante em que se diz que um grupo na sua práxis social, tendo o discurso como mediação, se constitui constituindo ao mesmo tempo a sua formação discursiva (MAINGUENEAU, 1989) deve se acrescentar que esse processo tem também uma radical orientação ideológica, ou melhor, os valores e interesses que movem o grupo são partes constitutivas dele. E se esse processo se dá numa sociedade de classes, entende-se que na materialidade discursiva não se inscreve nada parecido com uma inocência, mas o seu avesso.

NOTAS

- ¹ O presente texto procura apresentar, de forma condensada, a dissertação de mestrado em Letras, defendida no programa de pós-graduação da Universidade Federal de Alagoas, em dezembro de 1994, sob a orientação do Prof. Dr. Ingo Voese e co-orientação do Prof. Dr. João Wanderley Geraldi.
- ³ Uma vez que se está apresentando de modo sucinto essa dissertação, os recortes e análises servirão apenas como exemplos indicativos do que foi apresentado com mais profundidade no trabalho defendido.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. – *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- DE SÁ, A.L. Cultura, responsabilidade e posições profissionais na contabilidade. In *Revista Brasileira de Contabilidade*, n 71:9-12. Rio de Janeiro: Pontual Gráfica e Editora, 1989.
- DUCROT, O. *Provar e dizer*. São Paulo: Global, 1981.
- GERALDI, J.W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. In *GADET, F. e Há, T. (Org.) Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1990.
- HERMES, G. *O bacharel em Ciências Contábeis*. Brasília: Centro Gráfico, 1986.
- KOCH, I. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.
- ORLANDI, E. *A Linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.

TESCHE, C.H. et alii – Contabilidade: ciência, técnica ou arte? In *Revista Brasileira de Contabilidade*, n 76:13-21. Rio de Janeiro: Jornal Comunicações Ltda, 1991.